

Globalização e fragmentação como tema urbano

Antonio Carlos Gaeta

A formação do mundo globalizado costuma ser referida às alterações tecnológicas associadas à comunicação ou à economia. Fixa-se o olhar no chamado elemento objetivo, na “naturalidade” da vida econômica e dos seus produtos. Embora a velocidade dessa revolução tecnológica continue surpreendendo, há uma certa continuidade na formação de padrões econômicos e tecnológicos mundiais desde o século passado. A grande novidade talvez seja a presença imediata de outras dimensões sociais, como a da cultura, embaladas por uma velocidade que percorre o mundo quase que instantaneamente.

A existência de um mundo avizinhado e homogeneizador convive, em aparente contradição, com claras tendências fragmentadoras. Afinal, esse mundo é também o da crise do moderno e, portanto, da destruição dos grandes discursos e das certezas de um futuro reto, justo, de liberdade plena e paz, como prometido e sonhado no começo do século. A inquietação interna e incertezas que, de todo o modo, atingem os finais de século, desviam nosso olhar para o passado e para a diversidade. A arte antecede-se nessa percepção. A intertextualidade, propondo-se ao cruzamento ou diálogo de vários textos, destaca esta tendência, revelando a característica multifragmentada do mundo contemporâneo.

Assim, a *explosão* da sociedade moderna, combinada a uma aparente diversidade, traduzida quase sempre por novas práticas mercantis, pode ser percorrida por análises que valorizam a concepção de

fragmentário. Esta, como método ou imagem, tem sido utilizada para interpretar a nova lógica da realidade espacial — como no estudo de determinadas formalizações surgidas nas grandes cidades latino-americanas nas últimas quatro décadas — resultando numa crítica oscilante entre o lamento, pela perda da totalidade, e o encantamento, pelo reencontro com o novo. Porém, um certo rigor frente a concepção de fragmentário permite encontrar não somente a sua origem no moderno nascente, como também identificar diversas interpretações contrastantes que orientam a leitura do urbano.

Mundialização e fragmentação na modernidade

A cidade moderna nasce trazendo novas questões tanto para a vivência social como para a relação do homem com a sua obra — o espaço organizado. A *urbanização do mundo* criou, em primeiro lugar e como nunca antes, o desenvolvimento de um olhar distanciado, objetivado, que permite, por exemplo, o desenvolvimento da noção de paisagem (“aquilo que está atirado ao olhar do cidadão”). Em segundo lugar, a “harmonia” da vida na “natureza”, no campo, quanto a “harmonia” contida no pequeno mundo que foi a cidade ilha até o século XVIII, foram profundamente abaladas. Nas novas formalizações urbanas que surgiram com o capitalismo ascendente, como as metrópoles modernas ou as cidades industriais, impôs-se um outro mundo repleto de imagens contrastantes. Grandes contrastes sociais, reveladores da transição em direção a nova sociedade, apresentavam-se, também, nas micro-formalizações dentro da cidade.

A nova objetividade distanciava-se da *harmonia* de formas, da *uniformidade*, da *coerência*, da *imutabilidade* e da *firmeza*. O retrato da cidade não trazia o prazer provocado pela perfeição sensível. Os contrastes rápidos identificavam a nova fisionomia urbana. A hostilidade da sociedade e da cidade moderna impulsionaram o refúgio do homem em si mesmo, produzindo uma consciência de indiferença e segurança. Nesta perspectiva de “*emoção de desapego e de libertação na qual consiste o sublime*” [Santayana] fomentou-se a partição da realidade.

Charles Baudelaire, um dos grande intérpretes dessa sociedade moderna, admitia a deformidade oriunda (também) da ruptura da textura urbana anterior. Ela era, para o autor, característica dos novos tempos. Ainda assim, via no *estranho* e na *deformidade* a potencialidade para a criação do belo. Para Baudelaire, “a beleza necessita de um pouco de deformidade para contrabalançar o excesso de harmonia”, não somente porque o sentido de belo exige “um sentido igualmente refinado de toda deformidade e de toda desproporção”, mas também porque o “irregular”, o “inesperado”, o “espanto” constituem “uma parte essencial e característica da beleza”. A tarefa mais difícil e mais prazerosa é “extrair a *beleza* do Mal” (Gomes, 1996: 9).

Também Leonardo Benevolo entende que, na sociedade moderna, a harmonia se faz através dos contrastes. É, na verdade, uma solução posta pelo moderno. Em termos de arquitetura, a diversidade contrastante dos pormenores é, em geral, arte, é criatividade, e pode permitir a construção de uma obra coletiva. A concentração e diversidade estonteante, o “tumulto dos pormenores”, pode ganhar beleza e legibilidade a partir da coerência dada pelo *público*, de forma a garantir, com um plano base, se não continuidade harmônica ao menos a colagem.

Enfim, a sociedade moderna emergente, nos dizeres do filósofo Walter Benjamin, é caracterizada por rupturas de diversas dimensões. Elas se dão frente ao passado, frente as utopias herdadas da Revolução Francesa, frente a concepção de sujeito criador. Ainda assim, o poder da não totalidade, segundo Walter Benjamin, não é necessariamente negativo. O contínuo e o ininterrupto podem significar uma certa uniformidade indesejada, de modo que as rupturas podem indicar a possibilidade de novas histórias. De fato, a continuidade, a harmonia, a totalidade, têm sido construídas quase sempre por perspectivas únicas e vencedoras.

Essa crítica ao conceito de continuidade pode ser transferida para a cidade, onde a expressão seria a **contiguidade**. O contínuo e ininterrupto podem significar uma certa passividade da diversidade. Se tomamos como exemplo a reforma urbana de Paris por Haussmann, no século XIX, a qual representou um grande passo para o desenvolvimento do “moderno progressista”, tem-se que frente a tal unilateralidade o fragmento é a denúncia do continuum. É o grito contra a pretensão universal de tais

concepções e práticas de reforma da cidade. Neste fragmentário, que difere da concepção tardo modernista ou pós moderna — onde ele se impõe como universalidade unilateral ausente de utopia — está representado a distância cada vez maior entre o homem e sua obra, bem como a desvalorização acelerada do sujeito humano gerada pela mercantilização acelerada das relações sociais. Nesta perspectiva, os fragmentos, enquanto detalhes, elementos estranhos, podem vir a ser fontes de denúncias e de versões.

Fragmentação, personalidade e impessoalidade

Os dilemas da dissolução do sujeito, tendo em vista a imposição da dimensão econômica, característico das sociedade moderna, foi tema de inúmeras reflexões filosóficas. O desenvolvimento de novas formas urbanas megaestruturais, como shopping centers, grandes conjuntos residenciais fechados e centros de escritórios, ao mesmo tempo que revela o acirramento de tal processo de *abstração* frente aos particularismos urbanos e sociais é, também, comparável a tudo que o precedeu no desenvolvimento da cidade. A sobreposição das grandes formas no urbano, associadas à aceleração, é a perda da importância dos pontos de referência específicos. É um distanciamento do *domínio pessoal*, daquela “estrutura e função” urbana que se confundia com o seu proprietário, suas habilidades e excelências. Não se trata, assim, de algo absolutamente novo na dimensão da cidade.

A cidade, enquanto formalização industrial, foi a afirmação da habilidade e da excelência desenvolvidas pelo trabalho *árido* e, neste sentido, confrontou-se ao mundo anterior rural - camponês, identificado em grande medida com a natureza e submetido às benesses, bênçãos ou maldições naturais ou divinas. Reproduziu, assim, concretamente, princípios afirmados na ideologia de constituição da sociedade moderna, que repõe o homem e sua razão frente ao mundo mítico. Mas, o rompimento assinalado pela cidade industrial se, por um lado, afirmou a *perversão* (a marca do homem na leitura freudiana), definiu, por outro lado, uma simbologia bastante identificada com a *ação individual do*

proprietário. A existência das presenças urbanas, indústrias ou negócios, estava muito aproximada da habilidade e da ação daquele sujeito. Há, portanto, uma certa familiaridade com o espírito feudal. A cidade industrial, as suas decorrências espaciais e a grande cidade, ordenadora de todo aquele mundo fabril, não estavam libertas, ainda, daquela presença personalizada. Para a indústria do começo do século, para as vilas industriais, a dominação pessoal, a tirania, o bom sucesso, a admiração pelo surgimento de algo que não se imaginava ser possível ali (como a formação de uma grande indústria), tudo estava associado a esse individual.

Toda essa época deixou-se representar pelo mito das “iniciativas individuais” na transformação da realidade e também pelo mito do Estado capaz de alterar a “vocalização” da cidade, através de ações autoritárias de planejamento.

A *particularidade* individual de fazer o mundo, no entanto, tende a desaparecer. A criação urbana passa a contar com o que se pode chamar de *autonomização* das formalizações. Ou seja, o desenvolvimento urbano, fortalecido pela expansão econômica e pela aceleração da difusão, torna-se capaz de superar mais rapidamente os obstáculos, as limitações, as parciaisidades, a mediação política, para sua concretização na dimensão mercantil. Cria-se uma tendência para a uma universalidade que é despersonalização e para uma “liberdade” que é imediação econômica. Essa *particularidade* individual de fazer o mundo tende a desaparecer. O conjunto de ações que constituía a cidade parece ter sido superado pela ação de bloco sobre o espaço. Trata-se de um rompimento de limites feito às custas da personificação. Há um monitoramento que não vem do “político”, mas do econômico, sem mediação, isto é, a proliferação do objeto *coisificado*.

Na fase anterior já havia uma extensão horizontal e o rompimentos de fronteiras, de modo a superar o local e o nacional, com imposição do mundial. O local pode ser considerado como fragmento. Muitas vezes ele é o particular que resiste à tempestade do universal. Mas quase sempre é um acordo entre os traços existentes no entorno e a universalidade. O destaque do primeiro elemento varia de acordo com conjunturas e momentos históricos. O local, o particular, valia-se, no primeiro momento, da própria lentidão da dispersão. A dispersão, horizontalidade, era limi-

tada pela lentidão. Pode-se fazer um paralelo com o exemplo da lentidão das viagens: um dos símbolos dessa época era a estrada de ferro. Embora comunicando e aproximando espaços distantes, ela é muito extensiva. A adaptação regional intermediava e ajustava este hiato.

Neste final de século, porém, há a aceleração, com novas tecnologias e comunicações mais rápidas que aumentam e expandem rapidamente a novidade. O metrô, por exemplo, é a aceleração __ como o “trem bala” o é também __ frente aquela realidade do trem. Embora o metrô, rigorosamente, seja um elemento do começo do século (não para países como o Brasil), ele traz elementos de fragmentação na percepção do cidadão e na constituição da cidade. Na cidade de São Paulo, por exemplo, o principal trecho do metrô (subterrâneo) revela, sem as continuidades “geográficas”, instantâneos da cidade nas portas das estações. Transporta, assim, o cidadão “cego” desde a periferia até o shopping center. Esta velocidade que aproxima se faz sobre a continuidade do já constituído. Mas o símbolo do metrô, apesar dessa escavação do interior da cidade, ainda não é uma *interiorização* desenvolvida.

De qualquer modo, a velocidade vai se impondo ao estático como o global se impõe ao local. Isto não significa chegar à conclusão falsa que “tudo parece sujeito a uma fria análise e manipulação técnica” ou crer “nos méritos da autoconsciência” (Relph, 1990: 18). Afinal, existe mesmo esta grande racionalidade ou há um discurso sutil que vem, rigorosamente, de fora do sujeito?

Sobre esta tomada de território, extensiva, restam camadas de qualidades no interior da área globalizada. Elas ficam sujeitas à reestruturação e tendem a ser transformadas em valor pela ação do capital. No processo de abstração elas são, como componentes políticos, marcas individualizadas, estímulo para a mercantilização e, ao mesmo tempo, obstáculo de resistência à homogeneização que o econômico traz. É a etapa do desenvolvimento da “autonomização” frente ao espaço local organizado, isto é, um processo de relativo descolamento frente às qualidades presentes no território.

A autonomização é a realização, após o acúmulo de forças conseguido com a aceleração e expansão, do retorno a si mesmo com a intenção

de destruir os resquícios de parcialidade, de personificação, de limitação e de mediação política que restaram.

Cria-se uma tendência para a universalidade, para a despersonalização, para a liberdade e para a imediação econômica. Ou seja, é um rompimento de limites mas feito às custas da personificação. Há um monitoramento que não vem do “político”, mas do econômico e sem mediação. Este processo encontra em novas formas urbanas megaestruturais uma das suas concretizações.

Há uma nova estrutura urbana que é superação do “*envolvimento com o mundo*”. Este é, nas assertivas de Marx, o do capital ainda não plenamente desenvolvido. A mesma referência usada na análise da transição *para* o capitalismo também o deve ser para a análise da transição *no* capitalismo. Trata-se, então, de um “capital” que se desenvolve para atingir a sua “*expressão abstrata*”, pura. Esse capital deve ser entendido, aqui, como o complexo que é a sociedade moderna, capitalista, na busca de sua identidade, monitorada pelo valor. É o valor como motor e essência.

Fragmentação e continuidade

A continuidade perde a importância como pré-requisito essencial na medida em que as distâncias ganham outro significado devido à aceleração. Passa a ser aceitável no espaço, e mesmo desejável, a descontinuidade. A passagem abrupta de referências formais no espaço, unidas ou trombadas pela velocidade, faz parte do novo cotidiano. Dessa maneira, as formas novas não tem necessária continuidade com o entorno. O entorno é uma questão menor na perspectiva maior que tem essas novas formas. Somente a ação dos poderes públicos pode exigir uma maior adaptação-referência a este “local”. Esse despreço com o local não é apenas uma referência de terceiro mundo. Há em novas formalizações urbanas __ como as megaestruturas planejadas __ uma problemática que envolve a *dissolução do tempo e das referências ao entorno*. Na medida em que o “local” não é referencial, há sempre uma dissolução do espaço imediato de forma que o participante ou usuário

veja a megaestrutura como um *todo completo*. Muitas vezes, como nos shopping centers, há também a dissolução do tempo. As referências ao tempo estão praticamente eliminadas. Por outro lado, a programação gerenciada, presente na organização destas novas formas urbanas, faz com que a espontaneidade do cidadão na cidade concreta se perca. Cabe então à megaestrutura definir rotas, gostos, compras e apreciação do que é apreciável. A relação dessa nova tecnologia espacializada com a cidade concreta ao seu redor significa um obstáculo, uma barreira ou mesmo fonte de estímulo, na medida em que as suas qualidades podem ser fonte de criação de um novo patamar na mercantilização da própria cidade organizada.

Fragmentação e promiscuidade

A aceleração, vista como elemento incorporado à sociedade nacional ou regional, permite que haja um encontro de todo tipo de fragmento através da velocidade. A velocidade não os recompõe, de fato, como totalidade, mas permite que eles se aproximem e criem uma nova totalidade. A concepção de “promiscuidade” é uma das grandes visões de fim de século e parece se colocar como um contraponto à individualidade. No entanto, em uma perspectiva positiva, ela pode significar um contraponto à pequenez e ao regionalismo avesso à diversidade. A perda da continuidade e a inserção da “quebra” como algo rotineiro mostram a redução do significado das concepções modernas enquanto visão de totalidade avassaladora.

Segundo Paul Virilio, as fronteiras não se dissolveram, mas foram transportadas para dentro da cidade. As megaestruturas retratam bem este aspecto. Elas impõem olhos e portas permanentes. Essa vigilância é política pois controla a “cidade”, a população que passa. Mas também é econômica, aproximando-se de uma estatística de fluxo tendo em vista a otimização do uso do espaço e de sua mercantilização.

Nesse sentido, a promiscuidade, já observada no fenômeno da multidão desde o século XIX, aproxima-se da chamada “administração do cotidiano”. Na perda da totalidade, da continuidade, na instauração

do império do fragmentado há também uma resignificação de todo poder político, de toda ação política, do Estado, da política de planejamento e da concepção de intervenção urbana. O Estado, enquanto fruto de uma visão feliz da revolução burguesa, reduz-se e se perde na intenção de realizar, só ele, essa liberdade. A estruturação do Estado moderno veio para cercear o totalitarismo arbitrário dos antigos regimes. Na perspectiva otimista advinda da Revolução Francesa, o Estado aponta para a felicidade da realização individual, através da liberdade coletiva. Garante a democracia, permite a individualidade e barra o imposto pelo irracional, pelo religioso, pelo arbitrário e pelo tirânico. A sua perda ou cessão de poder significa, talvez, que a utopia está se transportando para o lado do privado.

Fragmentação e detalhe

A mudança da percepção do detalhe é um dos fenômenos contemporâneos. O referencial urbano em detalhe perdeu-se. Somente grandes formas *abstractas* podem candidatar-se como referencial, como já apontou Robert Venturi. Transformam-se então em *símbolos*. A grande imagem sobrepõe-se ao detalhe. Note-se, no entanto, que ambos podem ser considerados fragmentos. Perde-se o mais sutil que exige a lentidão e ganha-se o mais “pesado” que exige a velocidade. Cada um deles exige uma composição diferente na elaboração de uma totalidade. A velha noção de localização desaparece.

Fragmentação, cultura e tecnologia

Entre as questões pertinentes a essa presença, destaca-se a relação entre a capacidade mundial de difusão e a preservação das realidades locais, a qual pode ser compreendida não somente no sentido espacial, mas também comparada às particularidades dos indivíduos, à particularidade histórica, à particularidade rítmica, à particularidade de percepção. Toda esta realidade disponível tem um suporte mercantil que

é, afinal, a base primeira do sistema econômico. No entanto, a superação da dimensão avassaladora econômica, enquanto eixo da sociedade, já se fez, simbolicamente, com a crise do liberalismo no século XIX. De lá para cá as outras dimensões da sociedade moderna passaram a compor-se com essa vertente econômica. Sendo assim, a cultura, enquanto difusão tecnológica, significa não somente um consumo social de massa (viagens, espetáculos, consumo de bens) como também, em potência, a extensão de nossos sentidos, emoções e inteligência em direção aos objetos e de ampliação de nossa capacidade de percepção dos objetos e dos sujeitos em suas diferenças e riquezas. Porém, tais meios tecnológicos tendem a formar um círculo de dependência, um circo de limitação, de forma que ficamos submetidos as suas condições objetivas e possibilidades. Esta situação gera a nossa fragmentação da realidade e nos afasta dela.

Fragmentação e destruição

O desenvolvimento técnico, para Virilio, significa ao mesmo tempo o aumento da capacidade de construção e de destruição. A nossa época é a da capacidade de destruição concentrada. A partir desta perspectiva, Boulding profetizou um urbano fragmentado, composto por lares auto-suficientes, na semelhança com a rede de computadores ligados pela Internet. No entanto, problematizou a precariedade de tal auto-suficiência do individual, mesmo tendo em vista um acesso generalizado e praticado às bibliotecas, organizações culturais e entre indivíduos, a não solidão escondida pela comunicação, a difusão do porno - erotismo e a mercantilização da imagem. Acreditava em um contra-fluxo a essa fragmentação, o qual provocaria a volta à cidade clássica, só que para fins puramente recreativos, mais uma vez profetizando, assim, uma certa perspectiva “turística”, de criação de imagens de lazer. Esta tendência, visível há décadas, revelava-se na “*mudança de ricos para os velhos centros*”. Ela permite, por outro lado, a aproximação entre existência e morte que pode permitir considerações psicanalíticas na leitura urbana.

Fragmentação e liberdade individual

A fragmentação pode ser vista como um caminho para a liberdade individual? Christopher Tunnard, em seu escrito sobre a cidade americana moderna, procurou retratá-la a partir de uma filosofia de “projetos independentes”, alma de uma sociedade. Eles se aproximam do conceito de vida fragmentada. Esses projetos independentes constituiriam-se de áreas com funções restritas, contrastando e espelhando-se no século XIX onde a mistura nas ruas e das classes, a sua intimidade, era o comum. Eles levaram à organização de áreas com funções restritas, já na década de 20, estendidas até os limites rurais e servidas apenas por transporte individual (os subúrbios clássicos), isto é, “automóveis particulares dirigidos pelos próprios donos”. No caso dos Estados Unidos, as cidades passaram a se constituir através de projetos independentes, tendo em vista a capacidade de desconcentrar que o capitalismo alcançou naquele país. Tais projetos assinalaram __ também e apesar de preconceitos, como o racial, herdados de outras estruturas sociais __ um ideal fabril de organização (“funcionalismo”) e um ideal de independência individual, ainda que encabeçados por empresas que fazem desses propósitos meio para seus objetivos próprios.

A descontextualização das *edge cities* americanas parece representar uma situação extrema de tais *projetos independentes*. Nessas situações o qualitativo pode parecer sobrevalorizado, confundindo-se a expressão da individualidade pela expressão através do consumo __ a chamada alienação *pandêmica* da qual nos falou Patrick Ashton. Nessa direção, as transformações culturais urbanas acabam produzindo *generalismos* e a emersão de uma *Cidade Genérica* __ nos termos de Charles Leven __ capazes de confundir, pela ausência de particularismos, a percepção.

Referencias Bibliográficas

- Ashton, Patrick J. (1984) “Urbanization and the dynamics of suburban development under capitalism”, en: Tabb, William K. e Sawers, Larry, *Marxism and the Metropolis, New perspectives in urban political economy*, Oxford, New York.
- Benevolo, Leonardo (1984) *A Cidade e o Arquiteto*, São Paulo, Martins Fontes.
- Benjamin, Walter (1989) *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*, São Paulo, Brasiliense.
- Blumenfeld, Hans (1977) “A metrópole moderna”, em Davis, Kingsley et al., *Cidades, A urbanização da humanidade*, Rio de Janeiro, Zahar.
- Boulding, Kenneth E. (1963) “The death of the city”, em *The Historian and the City*, Cambridge.
- Gomes, Álvaro Cardoso (1996) “Edgar Poe, heterônimo de Baudelaire?”, *Caderno de Cultura do Estado de São Paulo*, 15 de junho: 8-9.
- Leven, Charles (1991) “Distance, space and the organisation of urban life”, *Urban Studies*, 28, 3.
- Relph, Edward (1990) *A Paisagem Urbana Moderna*, Lisboa, Edições 70.
- Tunnard, Christopher (1971) *A Moderna Cidade Americana*, Rio de Janeiro, Bloch.
- Virilio, Paul (1984) *L'Espace Critique*, Paris, Christian Bourgois.